ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

CONSIDERANDO a necessidade de readequar o quadro de servidores desta Comarca.

RESOLVE:

LOTAR a servidora ISABELA LIMA CARAPIÁ, matrícula 42804, Técnica Judiciária, na secretaria da Segunda Vara da Comarca de Comodoro, a partir da publicação.

P. R. Cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Comodoro-MT, 21 de setembro de 2020.

Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Juiz de Direito e Diretor do Foro

PORTARIA Nº. 55/2020-CA

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR ANTONIO CARLOS PEREIRA DE SOUSA JUNIOR, JUIZ DE DIREITO E DIRETOR DO FORO DA COMARCA DE COMODORO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

CONSIDERANDO a necessidade de readequar o quadro de servidores desta Comarca.

RESOLVE:

LOTAR o servidor FELIPE MICHELIN FORTES, matrícula 24418, Analista Judiciária, na secretaria da Segunda Vara da Comarca de Comodoro, a partir da publicação.

P. R. Cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Comodoro-MT, 21 de setembro de 2020.

Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Juiz de Direito e Diretor do Foro

PORTARIA Nº. 54/2020-CA

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR ANTONIO CARLOS PEREIRA DE SOUSA JUNIOR, JUIZ DE DIREITO E DIRETOR DO FORO DA COMARCA DE COMODORO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

CONSIDERANDO a necessidade de readequar o quadro de servidores desta Comarca.

RESOLVE:

LOTAR a servidora LUCIENI REZENDE GARCIA BORGES, matrícula 21787, Analista Judiciária, na secretaria da Primeira Vara da Comarca de Comodoro, a partir da publicação.

P. R. Cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Comodoro-MT, 21 de setembro de 2020.

Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Juiz de Direito e Diretor do Foro

Edital

EDITAL N. 10/2020-CA

O Excelentíssimo Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Comodoro, doutor Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Provimento 6/2014/CM, de 07.03.2014, bem como o ínfimo número de candidatos inscritos para o seletivo de Assistente Social, edital n. 09/2020/CA, de 09 de setembro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar até o dia 25/09/2020 (sexta-feira) o período de inscrição do seletivo para Assistente Social da Comarca de Comodoro.

Art. 2º - Publique-se.

Comodoro/MT, 21 de Setembro de 2020.

Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Juiz de Direito e Diretor do Foro

Comarca de Juína

Portaria

PORTARIA 30/2020-CNPar

O Doutor VAGNER DUPIM DIAS, Juiz Diretor do Foro desta Comarca de Juína, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº. 24/2018, que designou como Gestor Judiciário, o servidor Franklin Joilson Alves Bastos, Analista Judiciário,

Matrícula 32574, a partir 02/09/2020.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Remeta-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos e Divisão de Controle e Informação do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Juína, 03 de setembro de 2020.

VAGNER DUPIM DIAS

Juiz de Direito e Diretor do Foro

Comarca de Nova Xavantina

Portaria

PORTARIA Nº. 27/2020

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CARLOS EDUARDO DE MORAES E SILVA, JUIZ DE DIREITO - DIRETOR DO FORO DA COMARCA DE NOVA XAVANTINA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ETC.

CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos de Pedido de Concessão de LICENÇA-PRÊMIO nº. 578-46.2020.811.0012, Código 120539, tendo como requerente o servidor Edigar Honorato de Sousa.

RESOLVE:

Conceder ao servidor Edigar Honorato de Sousa, Agente da Infância e Juventude, matrícula nº. 2321, lotado na Central de Apoio Profissional da Comarca de Nova Xavantina - MT, 03 (três) meses de licença-prêmio, relativas ao quinquênio do período de 04/02/2014 a 04/02/2019, nos termos do artigo 109, da Lei Complementar nº. 04/90 e artigo 2º da Lei Complementar Estadual nº. 059/99, condicionando o gozo, a conveniência do serviço público e anuência da chefia imediata.

P. R. Remeta-se cópia desta ao Departamento de Recursos Humanos do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Cumpra-se.

Nova Xavantina - MT, TIME \@ "d' de 'MMMM' de 'yyyy" 18 de setembro de 2020

(documento assinado digitalmente)

Carlos Eduardo de Moraes e Silva

Juiz de Direito-Diretor do Foro

Primeira Entrância

Comarca de Aripuanã

Decisão

Número Único:0751368-90.2019.8.11.0088

Réus:Domingos Gonçalves de Paula - Tabelião Titular do 2º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Aripuanã/MT e Outra

Vistos,

Determinada a abertura de processo administrativo disciplinar (PAD) em face de Domingos Gonçalves de Paula e Neizi de Oliveira Bispo, respectivamente, Tabelião Titular e Tabelião Substituta do Cartório do 2º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Aripuanã/MT, editada a Portaria Administrativa n. 19/2020 descrevendo os fatos a serem apurados, constituindo comissão processante e intimando os investigados do procedimento instaurado, quedaram-se os notários silentes, não apresentando resposta escrita nem qualquer contrariedade aos fatos denunciados, havendo de ser reconhecida a revelia dos investigados na hipótese.

Destaque-se que, em paralelo ao PAD instaurado pelo ato administrativo suso mencionado, em julho de 2020 aportou denúncia ministerial (procedimento investigatório criminal SIMP nº 001130- 039/2019) noticiando a existência de novas suspeitas de atos fraudulentos praticados na serventia judicial, agora com a possível participação de terceiros, de forma coordenada e com unidade de desígnios, sendo os investigados intimados pessoalmente em 31/07/2020, lançando-se certidão de decurso de prazo em 27/08/2020 (movimento nº 12), mais uma vez atestando a revelia dos denunciados.

Ainda no mês de agosto/2020, foi remetida ao juízo comum a Carta Precatória Citatória n. 1000897-60.2020.8.11.0088, oriunda da 7ª Vara Criminal de Cuiabá/MT (Especializada Contra o Crime Organizado, Crimes Contra a Ordem Tributária e Econômica, Crimes Contra a Administração Pública, Crimes de Lavagem de Dinheiro), com a finalidade de citar os Tabeliães (Domingos Gonçalves de Paula e Neizi de Oliveira Bispo), para apresentarem resposta à acusação à denúncia criminal recebida por aquele juízo especializado, dando-os como réus pelo cometimento, em tese, dos crimes de organização criminosa (art. 2º, §3º, da Lei Federal 12.850/2013), falsificação de documento público (artigo 297, §1º, do Código Penal, por 10 (dez) vezes) e falso reconhecimento de firma ou letra (artigo 300, do Código Penal, por 10 (dez) vezes).

Diante desse cenário, e porque os Tabeliães permanecem no desempenho de suas funções públicas, ignorando as acusações que contra eles repousam,

passo a proferir decisão de saneamento e adoção de medidas cautelares para a proteção do interesse público primário, sem descuidar da proteção ao direito de ampla defesa estabelecido na Carta Magna.

De saída, é preciso reconhecer que, inobstante a inefetividade dos atos instrutórios praticados após a abertura do PAD nº 0751368-90.2019.8.11.0088, sendo a tramitação procedimental contaminada pela letargia dos investigados em se defender ou mesmo em contribuir com os esclarecimentos sobre as denúncias que recaem sobre eles, com o aporte da notícia de que os notários foram tornados réus em ação penal por suposto cometimento dos delitos de falsificação de documento público artigo 297, §1º, do Código Penal) e falso reconhecimento de firma ou letra (artigo 300, do Código Penal), integrando organização criminosa especializada na prática de atos delituosos para fraudar a administração tributária, altera-se por completo o panorama processual, porque agora não estamos mais a tratar de duas isoladas denúncias de aparentes irregularidades administrativas por negligência, por indolência ou desleixo de agentes administrativos, mas sim uma possível cadeia de atos perpetrados de forma dolosa, visando locupletamento ilícito dos notários e de seus comparsas.

Destarte, é mesmo essencial que a investigação dos fatos denunciados seja feita de forma conjunta, a fim de que sejam consideradas e analisadas de modo global todas as condutas imputadas aos investigados, porque, à toda evidência, as alegações de irregularidades derivam de um mesmo tronco, qual seja: uma repetitiva e suspeitíssima emissão de atos cartoriais com, no mínimo, um excesso de desatenção e relaxo administrativo, que acabaram por certificar fatos inexistentes ou inverídicos, criando direitos ou relações jurídicas de sujeitos aparentemente inexistentes, revelando, no mínimo, uma patológica e reiterada inobservância de cautelas mínimas na certificação de atos públicos cujos reflexos causaram prejuízos concretos a um variado espectro de pessoas, atingidas pelo comportamento, repita-se, no mínimo negligente, dos Tabeliães aqui processados.

Por conseguinte, malgrado os fatos retratados no procedimento investigatório n. 0720685-36.2020.8.11.0088 não tenham sido objeto de sindicância prévia, pela gravidade dos fatos e porque as condutas perpetradas neste evento em específico já são objeto de ação penal, entendendo despidiendia a abertura de sindicância prévia, podendo a questão ser analisada já no âmbito do processo disciplinar propriamente dito.

Sendo assim, e porque a meu sentir, nas hipóteses de revelia absoluta dos investigados (que a rigor somente se defenderam, de modo pessoal, na fase de sindicância administrativa referente às duas primeiras denúncias – cod. 84897 e 85338) não se aplica a regra da Súmula Vinculante nº 5/STF1, abro aos investigados o direito de responderem, em conjunto, as acusações destacadas no PAD ora em análise e aquelas constantes do procedimento disciplinar iniciado por denúncia ministerial e como se mantiveram inertes em todas as oportunidades abertas para que se defendessem, nomeio para exercer a defesa dativa dos investigados, o advogado Wainer Williams de Figueiredo Fortes OAB/MT nº 14614/B, que deverá abordar todas as acusações assacadas contra os investigados, no PAD e no procedimento que apura as condutas objeto de denúncia criminal.

Destaque-se que comprovada a deliberada omissão dos investigados em se defender para se locupletarem da atuação de advogado dativo, cabível a condenação deles diretamente, e não da Fazenda Pública Estadual, no pagamento da remuneração do dativo nomeado. Havendo, porventura, juntada de instrumento de procuração de advogado constituído, revogo a nomeação realizada, desde que observado o prazo de 15 dias para apresentação da defesa técnica.

Sem prejuízo, porque acha-se demonstrada com cores vivas a absoluta incompatibilidade dos investigados com o exercício da função pública delegada, primeiro porque sobre eles recaem sérias e robustas acusações de atos ilícitos, eivados de improbidade e com aparente tipificação criminosa (falsificação de documento público - artigo 297, §1º, do Código Penal, falso reconhecimento de firma ou letra - artigo 300, do Código Penal) estes cometidos em aparente conluio com organização criminosa formada para fraudar o Fisco, além de suspeitíssimas certificações de fatos inverídicos, emissões de escrituras públicas com desacerto e em descompasso com a verdade, revelando o quão nociva à fé pública e à segurança jurídica dos atos cartoriais é a manutenção dos investigados à frente da serventia extrajudicial; e em segundo lugar porque, às escâncaras a manutenção deles nas proximidades da serventia tem o condão de ameaçar os servidores que permaneceram trabalhando, bem como de comprometer a higidez e a licitude dos atos praticados pela serventia, já que sobre ambos recai fundada e substancialmente suspeita de integrar organização criminosa, o que já estampa o grau de periculosidade, de influência deletéria que podem produzir aos serviços notariais, justificando o afastamento cautelar dos dois responsáveis pelo Cartório, pelo período que perdurar o procedimento disciplinar e seus desdobramentos, DETERMINO o AFASTAMENTO CAUTELAR de Domingos Gonçalves de Paula e Neizi de Oliveira Bispo, respectivamente, Tabelião Titular e Tabelião Substituta do Cartório do 2º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Aripuanã/MT, das funções que exerciam na serventia judicial, vedando, por completo, qualquer aproximação, presencial ou remota, dos investigados ao Cartório sob intervenção, assim como proibindo contato com o interventor judicial nomeado, salvo autorização judicial expressa, e com todos os servidores da serventia.

Na forma do que estabelece o art. 36 da Lei n. 8.935/94 e em observância aos regramentos fixados no art. 152 e seguintes da CNGCE, entendendo necessário destacar que não obstante inexista compatibilidade de atribuições entre o

outro Tabelionato existente no Município (Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis), porque o 1º atua com atribuição de Registros de Imóveis, Títulos e Documentos - art. 311, I do COJE, ao passo que a serventia sob intervenção possui atribuição de Registros Cíveis, Pessoa Jurídica, Protestos e Tabelionato - art. 311, II, do COJE), a mim parece que o regramento definido nos §§ 2º e 3º do art. 152 da CNGCE é estabelecedor de uma ordem preferencial, de uma sequência ordenada na escala de substituições de serventias vagas provisoriamente, e, portanto, somente se nenhuma das opções iniciais (substituto mais antigo ou titular de serviço notarial na mesma circunscrição) for exequível é que se justificará a nomeação de bacharel em direito a critério do Juiz Corregedor.

Destarte, havendo substituto na mesma cidade da serventia sob intervenção, entendo que a solução mais adequada é a designação do titular do outro ofício notarial, para responder pela serventia cujos Tabeliães foram afastados, razão porque nomeio, sob condição de validação e referendo do Desembargador Corregedor-Geral da Justiça de MT por se tratar de atribuição exclusiva sua, como INTERVENTORA JUDICIAL no Cartório do 2º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Aripuanã/MT, a sra. ANE CAROLINA NOVAES, Oficial Registradora do Cartório do 1º Ofício da Comarca de Aripuanã/MT, outorgada como titular por meio do ATO nº. 486/2007/CM do Conselho da Magistratura do Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 1099124-7 - Órgão Emissor SEJSP/MT, CPF: 850.420.481-20, endereço: Rua Dona Esmeralda, 774, Bairro Cidade Alta, CEP: 78.325-000.

Ultimados os atos de nomeação e devidamente assinado o Termo de Compromisso pelo interventor, determino seja realizada correção interna, inventário físico dos bens, livros e atos praticados, especialmente nos últimos 5 anos, devidamente acompanhado por Oficial de Justiça e por um servidor do juízo a ser designado, devendo ser entregue todo acervo da Serventia, incluindo livros, selos, documentos, equipamentos, senhas, acesso a sistemas de informação e geração de atos, havendo de ser realizado relatório pormenorizado de todo contingente entregue, o qual virá assinado pelo meirinho, pelo Oficial Titular ou preposto designado, e pelo Interventor.

Para execução do afastamento do titular e entrega do acervo ao interventor, fixo prazo máximo de 02 dias, durante os quais deverão ficar SUSPENSOS os atos cartoriais, até entrega completa do mobiliário, acervo documental e senhas ao interventor.

Requisite-se à CGJ/MT apoio técnico para a correção na serventia, ante o rol de suspeitas que recaem sobre a higidez e a seriedade dos atos cartoriais praticados pelos Tabeliães afastados.

Nos termos estabelecidos no art. 36, § 2º da Lei de regência, no período de afastamento metade da renda líquida da serventia será depositada em conta bancária especial, com correção monetária, e a outra metade deverá ser repassada ao Titular, até que encerrado o procedimento disciplinar, quando, na forma do previsto no § 3º, do art. 36, se absolvido o Tabelião afastado, deverá ser liberado o valor depositado em conta judicial, em seu favor, ou, havendo condenação, libere-se os depósitos em favor do interventor, respeitado o teto remuneratório dos servidores públicos.

Encaminhe-se esta decisão ao Conselho Nacional de Justiça, de onde se originou a primeira representação disciplinar, à Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de MT.

Providências necessárias.

Aripuanã/MT, 17 de setembro de 2020.

FABIO PETENGLL

Juiz de Direito em Designação

Comarca de Paranaitá

Diretoria do Fórum

Portaria

PORTARIA Nº 025/2020/DF

O Excelentíssimo Senhor Doutor Tibério de Lucena Batista, MM. Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Paranaitá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO que nesta Comarca existem bens inservíveis, em desuso, irrecuperáveis e/ou inadequados para as atividades e exigências técnicas do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO que os referidos bens ocupam espaço físico em demasia, causando transtornos aos trabalhos forenses;

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei 8.666/93, no seu art. 17, II, "a", bem como a Portaria 941/2010 C. ADM. Do Tribunal de Justiça de Mato Grosso;

RESOLVE:
Art. 1.º - Designar os servidores DARILEIA DA SILVA DE MELO, Gestor Administrativa 3, matrícula 26115, Vitor Gimenes Pontes Gestal, Oficial de Justiça, matrícula 25642 e Luciano Sehenen dos Santos, Oficial de Justiça/Avaliador, matrícula 25953, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Levantamento e Avaliação dos equipamentos e móveis inservíveis e em desuso nesta Comarca, passíveis de doação, assim como para relacionarem aqueles que porventura devam ter outra destinação, em conformidade com a Portaria n.º 941/2010/C.ADM.